

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Engenharia
Departamento de Engenharia de Materiais de Construção

JULIANA DA SILVA FONSECA

LEVANTAMENTO DAS MANIFESTAÇÕES PATOLÓGICAS NA CASA TÓFANI EM SANTA
LUZIA/MG NO CONTEXTO DO PAC-2 CIDADES HISTÓRICAS

Belo Horizonte
2014

Juliana da Silva Fonseca

LEVANTAMENTO DAS MANIFESTAÇÕES PATOLÓGICAS NA CASA TÓFANI EM SANTA
LUZIA/MG NO CONTEXTO DO PAC-2 CIDADES HISTÓRICAS

Monografia apresentada ao Curso
de Especialização em Construção
Civil da Escola de Engenharia da
UFMG, como requisito parcial
para obtenção do título de
Especialista em Construção Civil.

Ênfase: Patológicas nas Edificações Tombadas
Orientador: Prof. Dr. José Eduardo de Aguiar

Belo Horizonte
2014

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
1.1. JUSTIFICATIVA	8
1.2. OBJETIVO	9
2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE INVESTIMENTO NO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	10
3. PATRIMÔNIO HISTÓRICO EM SANTA LUZIA	19
4. LEVANTAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES PATOLÓGICAS	25
5. CONCLUSÃO	31

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mosteiro de Macaúbas.....	13
Figura 2 - Fonte dos Camelos.....	16
Figura 3 - Fonte de Intendência	16
Figura 4 - Praça Alexandre Finamori França.....	16
Figura 5 - Estação Ferroviária – Principal	16
Figura 6 - Atual Sede Administrativa de Santa Luzia.....	17
Figura 7 - Estação Ferroviária Capitão Eduardo	17
Figura 8 - Casa Tófani	17
Figura 9 - Mapa de Santa Luzia (parte alta, parte baixa e distrito de São Benedito)	23
Figura 10 - Casa Tófani	25
Figura 11 - Localização Casa Tófani.....	24
Figura 12 - Desabamento Telhado Casa Tófani.....	25
Figura 13 - Argamassa do Revestimento Descolada da Alvenaria	27
Figura 14 - Agentes Externos - Patologias.....	27
Figura 15 - Telhado Frontal.....	28
Figura 16 - Parede reconstruída	30

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Relação das Cidades do PAC-2 Cidades Históricas - 2013.....	14
QUADRO 2 - Relação dos locais de intervenção propostos por Santa Luzia para o PAC-2.....	16
QUADRO 3 - Obras previstas para Sabará pelo PAC-2.....	18
QUADRO 4 - Imóveis tombados pelo Município de Santa Luzia	19
QUADRO 5 - Imóveis tombados pelo IEPHA	20
QUADRO 6 - Imóveis tombados pelo IPHAN.....	21
QUADRO 7 - Patologias na Casa Tófani.....	29

1. INTRODUÇÃO

A arquitetura é um legado vivo de uma época. Essa percepção estimulou a ideia de preservação e de conservação de edifícios que representam técnicas construtivas, ideais e conceitos de estética de um período histórico. A própria definição do conceito foi algo muito discutido e questionado. No Brasil, inicialmente, a ideia de cidade-monumento foi aplicada no intuito de barrar o crescimento desenfreado das cidades e da massiva substituição dos edifícios antigos. Certamente, isso não iria perdurar pois as cidades-monumentos não subsistiriam e seu declínio econômico seria inevitável. Considerou-se então aliar a proposta de preservação com a autossuficiência dos centros e de bens tombados estimulando a educação patrimonial e vínculos habitacionais existentes, conceito que se baseava em modelos europeus firmados na Declaração de Amsterdã.

A menos que seja urgentemente implementada uma nova política de protecção e de conservação integrada, a nossa sociedade irá, brevemente, ver-se obrigada a desistir do seu património de edifícios e sítios que formam o seu ambiente tradicional. Actualmente é necessária protecção para as cidades históricas, para os bairros antigos das cidades, vilas e aldeias que tenham um carácter tradicional, assim como para os parques e jardins. A conservação destes complexos arquitectónicos só pode ser concebida numa perspectiva ampla, abrangendo todos os edifícios com valor cultural, desde o maior até ao mais humilde – não esquecendo os construídos nos nossos próprios dias – em conjunto com as suas envolventes. Esta protecção global deve complementar o prato de resistência que é a protecção dos monumentos e sítios individuais e isolados. (DECLARAÇÃO DE AMSTERDAM, 1975).

A aplicação desses ideais obteve relativo sucesso com o Programa Monumenta no qual as políticas de preservação aliadas às políticas urbanas e de incentivos financeiros permitiram avanços significativos na promoção dos espaços tombados. O PAC Cidades Históricas é uma continuação do Monumenta, porém com maior abrangência e incentivo financeiro. A concepção do PAC visa reproduzir práticas bem sucedidas do Monumenta, como a conservação integrada. Porém, desde o lançamento, o PAC tem recebido críticas quanto à alteração no número das cidades participantes e, especialmente, quanto ao atraso no repasse da verba.

O município de Santa Luzia, em Minas Gerais, fazia parte do programa e no relançamento do PAC, em São João Del Rei (MG) foi preterido junto com outras cento e vinte e oito cidades. Naturalmente, fomentam-se questionamentos quanto aos motivos que levaram a essa decisão

e quais impactos serão gerados. Como serão preservados os bens tombados em municípios pequenos cujas verbas são insuficientes para requalificações urbanas significativas? Em que estado se encontram hoje os edifícios tombados em Santa Luzia? Ponderando sobre essas questões, procurou-se, através do estudo de caso, fazer um levantamento do estado de conservação e das principais manifestações patológicas da Casa Tófani em Santa Luzia, imóvel tombado pelo município.

Esta pesquisa pode ser dividida em duas partes: a evolução das políticas públicas de investimento no patrimônio histórico, discorrendo sobre os programas de governo voltados para a preservação e o tombamento de imóveis, e o conjunto histórico de Santa Luzia e seu estado de conservação, apresentando levantamentos fotográficos e descrição das manifestações patológicas encontradas.

1.1. JUSTIFICATIVA

Santa Luzia faz parte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, possui imóveis tombados pelo município e pelos Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A cidade compõe junto com os demais centros históricos mineiros um cenário vivo do ciclo do ouro. Contudo, ficou fora do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) lançado efetivamente no dia 20 de agosto de 2013, em São João Del Rei, Minas Gerais. Em um primeiro momento, a proposta do Governo Federal era liberar a verba de restauração e de conservação de imóveis tombados para 173 municípios, entretanto, essa lista foi reduzida para 44 cidades consideradas prioritárias. Aproximadamente, 75% delas ficaram fora do programa de investimento, inclusive Santa Luzia. Faz-se necessário documentar o atual estado de conservações dos imóveis tombados no referido município para registro, possibilitando o acompanhamento da degradação. O foco deste estudo será a Casa Tófani que faz parte do conjunto arquitetônico da Estação Ferroviária, à qual se encontra localizada em Santa Luzia/MG.

1.2. OBJETIVO

Documentar o atual estado de conservação da Casa Tófani em Santa Luzia/MG, a qual se encontra tombada pelo município. A sua restauração estava prevista na proposta enviada ao PAC-2 Cidades Históricas, programa de investimento do Governo Federal para preservação do patrimônio histórico, porém, o referido município ficou fora da lista das cidades contempladas.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE INVESTIMENTO NO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Calabre (2007) afirma que as políticas culturais no Brasil se definiram de fato a partir do século XX, com a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, principal órgão responsável pela proteção dos bens culturais no Brasil. O IPHAN surgiu em 1970 através do Decreto nº 66.967 baseado num anteprojeto do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de 1936, escrito por Mário de Andrade. Torelly (2012) aponta que com o Decreto surgiu o tombamento, ferramenta de proteção, e consolidou-se o conceito de patrimônio cultural. O intuito de formalizar “o processo/projeto de preservação do patrimônio histórico e consequentemente a criação de um determinado conceito sobre o mesmo, baseava-se na possibilidade do contar da história através do construído, do edificado, do monumental” (OLIVEIRA, 2008).

Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) foram implementadas o que se pode chamar de primeiras políticas públicas de cultura no Brasil. Nesse período, foi tomada uma série de medidas, objetivando fornecer uma maior institucionalidade para o setor cultural. O exemplo mais clássico dessa ação está na área de preservação do patrimônio material quando em 1937, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). (CALABRE, 2007).

Desde a criação do IPHAN, podemos dividir a política de investimentos públicos no patrimônio histórico em três momentos principais: o Programa de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste - PCH, o Programa Monumenta-BID e o PAC Cidades Históricas. Neste estudo, serão abordados apenas os dois últimos, pois o PCH estava inicialmente voltado para as cidades nordestinas e, embora trouxesse alguns avanços na área de gestão descentralizando a administração do IPHAN em órgãos locais, encerrou suas atividades em 1983, devido à “falta de sustentabilidade econômico-financeira dos projetos escolhidos” (DUARTE JUNIOR, 2010), à dificuldade de envolvimento dos municípios e à crise financeira de 1980¹.

O Programa Monumenta-BID surgiu em 1995, sendo uma ação conjunta do Ministério da Cultura e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Duarte Júnior (2010) aponta que o cenário político de

¹ “A década perdida”, no âmbito da economia. Das taxas de crescimento do PIB à aceleração da inflação, passando pela produção industrial, poder de compra dos salários, nível de emprego, balanço de pagamentos e inúmeros outros indicadores, o resultado do período é medíocre. No Brasil, a desaceleração representou uma queda vertiginosa nas médias históricas de crescimento dos cinquenta anos anteriores. MAGARONE, 2012

mundialização e neoliberalismo político-econômico foi decisivo para definir o conceito e as diretrizes do Programa já que “o modelo preservacionista brasileiro (...) carecia de profunda atualização face ao novo quadro político e econômico nacional e internacional.” Isso porque as ações promovidas em esfera nacional até então foram mal sucedidas, devido em parte aos conceitos arcaicos de patrimônio e de tombamento.

Inicialmente, afirma Duarte Júnior (2010), o conceito estava baseado na visão modernista da década de 70 de “cidade-monumento” que considerava importante para o patrimônio as “obras de arte acabadas e sublimes, valorizadas por expressarem as manifestações da arquitetura e do urbanismo barroco”. Freitas (2003)² completa a definição afirmando que “a cidade-monumento, encerrada no passado, manter-se-ia conservada e apropriada ao exercício da memória e da reverência.” Vale ressaltar que fora do Brasil os discursos relativos à preservação patrimonial já apresentavam avanços significativos em relação aos aspectos sociais e de valorização dos espaços. Castriota (2010) apontada recorrência de expressões como “conservação integrada” e “patrimônio urbano” nos discursos europeu da década de 1970, como pode ser observado no trecho abaixo da Declaração de Amsterdã.

A conservação integrada é o resultado da ação conjugada das técnicas da restauração e da pesquisa de funções apropriadas. A evolução histórica levou os centros históricos degradados das cidades e, eventualmente, as pequenas cidades abandonadas a se tornarem reservas de alojamento barato. Sua restauração deve ser conduzida por um espírito de justiça social e não deve ser acompanhada pelo êxodo de todos os habitantes de condição modesta. “A conservação integrada deve ser, por isso, um dos pressupostos do planejamento urbano e regional”. (DECLARAÇÃO DE AMSTERDAM, 1975).

Na sequência da evolução do conceito, Duarte Júnior (2010) aponta outros dois momentos: “cidade-documento”, na qual a preocupação estava voltada para “os processos sócio-históricos de formação e evolução das cidades” e, por fim, “a cidade-instrumento, em que as características das anteriores se somam ao exercício da cidadania e à elevação do padrão da qualidade de vida das populações, sem renunciar ao cotidiano da economia, da gestão e do mercado”. Observa-se no Programa Monumenta uma preocupação em aplicar os mais recentes padrões de preservação e de conservação do patrimônio histórico vigentes. Através

² Ver ANPUR, 2003.

do Monumenta, vinculou-se de forma prática o crescimento social-econômico ao processo de conservação dos edifícios e conjuntos tombados:

O Monumenta é um programa estratégico do Ministério da Cultura. Seu conceito é inovador e procura conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social. Ele atua em cidades históricas protegidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Sua proposta é de agir de forma integrada em cada um desses locais, promovendo obras de restauração e recuperação dos bens tombados e edificações localizadas nas áreas de projeto. Além de atividades de capacitação de mão de obra especializada em restauro, formação de agentes locais de cultura e turismo, promoção de atividades econômicas e programas educativos. (IPAC, 2014)

Embasados por este discurso várias cidades puderam ser renovadas não apenas no aspecto físico, pois as parcerias público-privadas bem como as programações culturais, dentre outras ações, trouxeram estímulo à vida urbana. Segundo o IPHAN, foram feitas ao todo vinte e seis intervenções em conjuntos históricos através do Programa Monumenta nas cidades de: Alcântara/MA, Belém/PA, Cachoeira/BA, Congonhas/MG, Corumbá/MS, Diamantina/MG, Goiás/GO, Icó/CE, Laranjeiras/SE, Lençóis/BA, Manaus/AM, Mariana/MG, Natividade/TO, Oeiras/PI, Olinda/PE, Ouro Preto/MG, Pelotas/RS, Penedo/AL, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA, São Cristóvão/SE, São Francisco do Sul/SC, São Paulo/SP, Serro/MG.

Santa Luzia não é evidenciada nessa lista, pois seu impacto no cenário nacional é pequeno - apenas dois edifícios são tombados pelo IPHAN: Casa à Praça da Matriz e o Mosteiro de Macaúbas. As ações de recuperação foram amparadas pelo Município e Estados através das secretarias e do IEPHA. Como exemplo, pode-se citar o caso do Mosteiro de Macaúbas, em Santa Luzia, que foi alvo de intervenções durante o exercício do Programa Monumenta. As obras e propostas de restauro foram executadas pelo IEPHA, cuidadosamente, documentadas e arquivadas na biblioteca do órgão.



Figura 1 - Mosteiro de Macaúbas
Fonte: Skyscrapercity, Marcelo Olisa

O encerramento do Monumenta foi programado para 2010, dando lugar a uma proposta mais ampla com mais investimentos. O Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PAC-2) foi lançado em um primeiro momento pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Ouro Preto (MG), no dia 21 de outubro de 2009. O Programa contemplaria cento e setenta e três cidades que possuem patrimônio protegido e contaria a princípio com investimentos federais de aproximadamente R\$ 250 milhões por ano, sendo o total investido, previsto de R\$1,3 bilhão³. É um programa ousado tendo em vista a abrangência e o capital a ser investido além da dimensão das diretrizes que tem por meta envolver todas as esferas da sociedade: poder público, privado e participação popular. Vale ressaltar que, segundo o IPHAN (2009) “a participação da sociedade em todas as etapas de formulação e execução dos Planos de Ação, identificando-se os papéis que os diversos atores sociais devem desempenhar em cada uma” é uma proposta nova, visto que o Monumenta não enfatizava esse viés. Castriota (2010) acrescenta: “um plano mais amplo de conservação que inclui, entre outras, ações de planejamento a longo prazo, estímulo econômico e educação patrimonial”.

³ Informação presente no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC Cidades Históricas e no Site <http://www.pac.gov.br/cidade-melhor/pac-cidades-historicas>

O PAC Cidades Históricas se beneficia, de todas essas experiências, mas possui um traço essencial: avança e inova com relação às políticas anteriores. Em primeiro lugar, o novo programa caracteriza-se por ser uma política transversal que envolve o Ministério da Cultura, os Ministérios das Cidades, da Educação e do Turismo, além de agências como BNDES e Caixa Econômica Federal. (IPHAN, 2009)

“... além de promover ações de reabilitação de imóveis e requalificação de espaços urbanos tombados, também viabilizará ações de saneamento ambiental, de melhoria do transporte público e implantação de habitações sociais, intervindo em processos que aceleram a deterioração do patrimônio cultural. E assim, intervir nos processos de esvaziamento populacional e funcional de centros históricos, contribuindo para a reversão de quadros de subutilização imobiliária e da infraestrutura urbana instalada.” (IPHAN, 2009)

Houve outro evento do PAC Cidades Históricas no dia 29 de julho de 2010, dirigido pelo presidente do IPHAN, Luiz Fernando de Almeida, que oficializou a adesão de trinta cidades ao programa. Como era ano de eleição presidencial, alguns membros da oposição apontaram a cerimônia como estratégia política para demonstrar o andamento do PAC sem, contudo, disponibilizar a verba prevista. Dois anos depois, em entrevista ao Jornal Estado Minas, a atual presidenta do IPHAN, Jurema de Sousa Machado, afirmou que o repasse das verbas não foi realizado e estando previsto para 2013.

Finalmente no dia 20 de agosto de 2013, a presidenta Dilma Rousseff relançou o programa na cidade de São João Del Rei (MG), definindo as 44 cidades envolvidas e repasse de R\$ 1,3 bilhões. As cidades selecionadas foram:

QUADRO 1 – Relação das Cidades do PAC-2 Cidades Históricas - 2013

Alagoas	Marechal Deodoro e Penedo
Amazonas	Manaus
Bahia	Itaparica, Maragojipe, Salvador e Santo Amaro
Ceará	Aracati, Fortaleza e Sobral
Goiás	Goiânia e Goiás
Maranhão	São Luís
Minas Gerais	Belo Horizonte, Congonhas, Diamantina, Mariana, Ouro Preto, Sabará, São João Del Rei e Serro
Mato Grosso do Sul	Corumbá





Mato Grosso	Cuiabá
Pará	Belém
Paraíba	João Pessoa
Pernambuco	Fernando de Noronha, Olinda e Recife
Piauí	Parnaíba
Paraná	Antonina
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro e Vassouras
Rio Grande de Norte	Natal
Rio Grande do Sul	Jaguarão, Pelotas, Porto Alegre e São Miguel das Missões
Santa Catarina	Florianópolis e Laguna
Sergipe	Aracaju e São Cristovão
São Paulo	Iguape, Santo André, São Luiz de Paraitinga




Como se pode observar, Santa Luzia não foi relacionada na lista do último lançamento do programa. Porém, de acordo com as primeiras propostas, estava previsto o investimento de R\$11,1 milhões no período de 2010 a 2013 e as principais obras definidas para o município, segundo o IPHAN(2014), seriam:

- Revitalização da Praça Deodoro da Fonseca;
- Revitalização das fontes dos Camelos, Garajau, Intendência e Biquinha na Avenida de Raul Teixeira da Costa;
- Elaboração de projeto executivo de requalificação da praça Alexandre Finamori França;
- Elaboração do projeto executivo do complexo da estação ferroviária – principal;
- Elaboração de projeto executivo de restauração da Casa Tofani para abrigar o Museu do Imigrante e Centro de Referência do Professo;
- Obra das Estações Ferroviárias da Frimisa e do Capitão Eduardo e entorno;

No Quadro 02, foram levantados registros fotográficos de alguns dos imóveis relacionados acima. Não são todos tombados, porém, alguns fazem parte do centro histórico do município. Outros, como o caso da Praça Alexandre Finamori França, não possuem nenhum aspecto histórico relevante sendo questionável a inclusão dessa obra em um programa voltado para o patrimônio.

QUADRO 2 - Relação dos locais de intervenção propostos por Santa Luzia para o PAC-2

 <p>Figura 2 - Fonte dos Camelos Fonte: Google Maps</p>	<p>Localização: Avenida de Raul Teixeira da Costa (Parte Alta) Bem Tombado: Não</p>
 <p>Figura 3 - Fonte de Intendência Fonte: Google Maps</p>	<p>Localização: Avenida de Raul Teixeira da Costa (Parte Alta) Bem Tombado: Não</p>
 <p>Figura 4 - Praça Alexandre Finamori França Fonte: Google Maps</p>	<p>Localização: Distrito de São Benedito Bem Tombado: Não</p>
 <p>Figura 5 - Estação Ferroviária – Principal</p>	<p>Estação Ferroviária (Praça Presidente Vargas) Localização: Parte Baixa Bem Tombado: Sim Decreto Municipal: N.º 772/89</p>

<p>Fonte: Estacoes Ferroviarias do Brasil(site)</p>	
 <p>Figura 6 - Atual Sede Administrativa de Santa Luzia 01-Frigorífico/Matadouro Frimisa atual sede administrativa da prefeitura 02- Estação Ferroviária Frimisa Fonte: Googlemaps</p>	<p>Localização: Parte Baixa Bem Tombado: Não</p>
 <p>Figura 7 - Estação Ferroviária Capitão Eduardo Fonte: Wikimapia</p>	<p>Localização: Parte Baixa Bem Tombado: Não</p>
 <p>Figura 8 - Casa Tófani Fonte: GoogleMaps</p>	<p>Conjunto Residencial sito na Praça Presidente Vargas, 61; - Casa Tófani Localização: Parte Baixa Decreto Municipal: N.º 772/89</p>

Diante do cenário político descrito, vários motivos poderiam ser levantados sobre a retirada de algumas cidades da relação final do PAC-2 como, por exemplo, a falta de recursos financeiros ou mesmo trâmites políticos. Porém, um dos procedimentos solicitados pelo Programa era que cada município, ciente das necessidades e dos desafios locais, elaborasse um plano de ação voltado para recuperação e promoção dos espaços tombados contemplando as inovações citadas pelo IPHAN. No caso de Santa Luzia, um item desfavorável da proposta apresentada foi desconsiderar importantes imóveis do contexto histórico-urbano. Fazendo um contraponto com uma das cidades contempladas pelo PAC, como Sabará (município limítrofe e de forte ligação histórica com Santa Luzia), percebe-se que a maioria das ações divulgadas serão realizadas em obras ou no entorno de obras tombadas pelo IPHAN ou IEPHA. Ao contrário de Santa Luzia que indicou apenas tombamentos municipais.

QUADRO 3 - Obras previstas para Sabará pelo PAC-2

Restauração da capela de Santo Antônio no distrito de Pompeu	Tombamento IPHAN Livro Belas Artes Nº inscr.: 445 ;Vol. 1 ;F. 083 ;Data: 08/09/1958
Reforma do Conselho de Arte de Sabará	Tombamento IPHAN Nº inscr.: 384 ;Vol. 1 ;F. 075 ;Data: 28/06/1950 Nº inscr.: 279 ;Vol. 1 ;F. 047 ;Data: 28/06/1950
Restauração da Igreja Bom Jesus	Tombamento IEPHA
Projeto urbanístico e paisagístico para o caminho tronco	Sem Informação
Restauro da Igreja Nossa Senhora do Rosário	Tombamento IPHAN Nº inscr.: 112 ;Vol. 1 ;F. 020 ;Data: 13/06/1938
Projeto de reurbanização do Largo de São Francisco	Igreja São Francisco Tombada pelo IPHAN Nº inscr.: 113 ;Vol. 1 ;F. 020 ;Data: 13/06/1938
Revitalização urbanística e paisagística do Largo da Matriz	Igreja Matriz Tombada pelo IPHAN Nº inscr.: 111 ;Vol. 1 ;F. 020 ;Data: 13/06/1938

Fonte: IPHAN(2014)

Esse contrassenso foi uma surpresa, pois se esperava que na proposta do município fosse mencionado algum edifício tombado na esfera estadual e/ou federal. A proposta inicial da pesquisa era confrontar as obras que foram apresentadas por Santa Luzia para investimento do PAC com o seu estado atual de conservação, na certeza que os edifícios mais significativos historicamente fossem mencionados. Devido à essa ausência, optou-se por estudar a Casa Tófani, tombada pelo município e apresentada ao PAC-2 como um dos itens do plano de

restauro. Na sequência, será apresentada a relação de bens tombados na esfera municipal, estadual e federal em Santa Luzia e aprofundado o conteúdo do plano de ação proposto para o PAC que assim compreenda melhor as falhas e acertos.

3. PATRIMÔNIO HISTÓRICO EM SANTA LUZIA

O Brasil possui um acervo significativo de construções históricas que marcam os ciclos econômicos do país. No estado de Minas Gerais e a Goiás a descoberta de jazidas de ouro foi um estímulo ao surgimento dos núcleos urbanos como Ouro Preto, Tiradentes e Mariana. Santa Luzia também teve seu surgimento ligado à exploração do ouro de aluvião, porém, seu desenvolvimento foi mais notório devido ao comércio de gêneros alimentícios, abastecendo os polos de mineração.

Desde 1692, existiam alguns assentamentos pequenos na região, mas Ferreira (1959) afirma que em 1704, com a construção da capela em homenagem a virgem “Santa Luzia”, é que o vilarejo ficou comumente conhecido como Vila de Santa Luzia, ainda vinculado à cidade de Sabará. Em 1858, o vilarejo foi desmembrado como cidade e no ano de 1924 passou a ser chamado de Santa Luzia.

Podemos destacar três eventos que marcaram a história desse município: a construção do Santuário de Santa Luzia (1778) no lugar da antiga capela, a Revolução Liberal (1842) e a visita do imperador Dom Pedro II (1881) que ficou hospedado no Solar da Baronesa Maria Alexandrina de Almeida Viana. Tanto a Matriz quanto o Solar estão inscritos no livro do Tombo Estadual e Municipal respectivamente. Além desses imóveis, no quadro 04, 05 e 06 estão relacionados outros bens tombados

QUADRO 4 - Imóveis tombados pelo Município de Santa Luzia

Estação Ferroviária (Praça Presidente Vargas); Conjunto Residencial sito na Rua Felipe Gabrich, n.º 229; Conjunto Residencial sito na Praça Presidente Vargas, 61; - Casa Tófani Conjunto Residencial à Rua do Comércio, n.ºs . 207, 268, 427 e s/n; Igreja São João Batista (Praça São João); Fazenda Boa Esperança (Bairro Parque Boa Esperança); Conjunto Residencial da Rua do Carmo, n.ºs 77, 885 e 943; Conjunto Residencial da Rua Silva Jardim, n.ºs. 61, 69, 79, 87, 97, 107, 117, 120 e 129;	Decreto N.º 772/89
---	--------------------

<p>Conjunto Residencial e Biblioteca Pública à Rua do Bonfim, n.ºs. 111, 125, 139, 157, 179, 201, 206 e 226;</p> <p>Capela do Senhor do Bonfim à Rua Bonfim;</p> <p>Conjunto Residencial da Rua Direita, n.ºs . 14, 38, 50, 80, 108 e 120;</p> <p>Conjunto Residencial da Rua Direita, n.ºs. 15, 37, 49, 57, 63, 135 e 165;</p> <p>Conjunto Residencial e Comercial da Rua Direita, n.ºs 215, 253 e 299;</p> <p>Igreja Nossa Senhora do Rosário Rua Direita com Rua do Rosário;</p> <p>Residência à Rua Direita, n.º 386;</p> <p>Solar da Baronesa - Prefeitura à Rua Direita, n.º 408;</p> <p>Conjunto Residencial da Rua Direita n.ºs 428, 478, 494, 506, 526 e 542;</p> <p>Conjunto Residencial e Comercial da Rua Direita, n.ºs 441, 461, 491, 513, 521, 561, 599, 611, 621, 628, 637, 642, 651, 672, 720, 725 e 767;</p> <p>Solar Teixeira da Costa - Rua Direita com Rua do Serro;</p> <p>Igreja Matriz de Santa Luzia, Rua Direita com Rua do Serro;</p> <p>Conjunto Residencial e Comercial da Rua do Serro n.ºs. 20, 250, 262, 403, 457, 530, 542, 569, 592, 608, 609, 640, 660 e 672;</p>	
<p>Teatro São Francisco;</p> <p>Teatro Rural de Taquaraçu de Baixo.</p>	Decreto N.º 2131/2008
Tombamento do Cemitério dos Escravos.	Decreto nº 2.132/2008
Tombamento do Conjunto Arquitetônico – Igreja de Nossa Senhora do Rosário e Casa Paroquial de Pinhões.	Decreto nº 2.133 de 2008

Fonte: PREFEITURA DE SANTA LUZIA, 2014

QUADRO 5 - Imóveis tombados pelo IEPHA

Núcleo Histórico de Santa Luzia	<p>Categoria do IPAC: Centros Históricos</p> <p>Nome: Núcleo Histórico de Santa Luzia</p> <p>Descrição</p> <p>Bem Cultural: NÚCLEO HISTÓRICO DE SANTA LUZIA</p> <p>Categoria: Núcleo Histórico</p> <p>Decreto/Data: Homologado em 28/12/1998. Complementação de processo de tombamento com definição de perímetro e diretrizes para entorno em 20/12/2004.</p>
Igreja Matriz de Santa Luzia	<p>Categoria do IPAC: Igrejas e Capelas</p> <p>Nome: Igreja Matriz de Santa Luzia</p> <p>Descrição</p> <p>Bem Cultural: IGREJA MATRIZ DE SANTA LUZIA</p> <p>Categoria: Bem Imóvel - 1ª Metade Século XVIII</p>

	Decreto/Data: nº 17.779 de 09/03/76
Mosteiro de Macaúbas	Categoria do IPAC: Conjuntos Arquitetônicos Nome: Mosteiro de Macaúbas Descrição Bem Cultural: MOSTEIRO DE MACAÚBAS Categoria: Conjunto Paisagístico - 1ª Metade Século XVIII Decreto/Data: nº 19.347 de 22/08/78
Casa à Rua Direita,101	Categoria do IPAC: Outros Monumentos Nome: Casa à Rua Direita,101 Descrição Bem Cultural: CASA À RUA DIREITA, 101 Categoria: Bem Imóvel - 2ª Metade Século XVIII Decreto/Data: nº 18.531 de 02/06/77

Fonte: IEPHA, 2014

QUADRO 6 - Imóveis tombados pelo IPHAN

Casa à Praça da Matriz	Nº Processo 0419-T Livro Histórico Nº inscr.: 272 ;Vol. 1 ;F. 046 ;Data: 08/05/1950
Edifício sede do Recolhimento de Macaúbas	Nome atribuído: Recolhimento de Macaúbas: prédio Outras denom.: Convento de Macaúbas: prédio Nº Processo: 0420-T Livro Belas Artes Nº inscr.: 471 ;Vol. 1 ;F. 086 ;Data: 08/02/1963 OBS.: "O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Proc. Administ. nº 13/85/SPHAN"

Fonte: IPHAN, 2014

Conforme QUADRO 2 - Relação dos locais de intervenção propostos por Santa Luzia para o PAC-2 , o município preteriu importantes edifícios do cenário histórico-urbano na relação de obras e intervenções enviadas ao IPHAN como o Edifício sede do Recolhimento de Macaúbas e a Igreja Matriz de Santa Luzia. Contudo, deve-se avaliar o conteúdo completo da proposta desenvolvida pelo município, a fim de se compreender as razões. O entrave maior foi não ter acesso ao plano oficial enviado ao PAC-2. As informações foram obtidas através do Plano Municipal de Cultura de Santa Luzia. Nele são apresentados vários aspectos de valorização e de incentivo às programações culturais existentes, como também as operações de intervenção no espaço sugeridas pelo plano de ação para as Cidades Históricas. De acordo com a

proposta, o município seria dividido em três áreas de intervenção, usando como critério os costumes locais e os pontos históricos pouco conhecidos, para definir ou fortalecer a vocação cultural de cada região. Essas regiões podem ser observadas na Figura 9 - Mapa de Santa Luzia (parte alta, parte baixa e distrito de São Benedito).

Suas ações foram divididas em três setores: parte alta, parte baixa e distrito de São Benedito. Na parte alta foram propostas algumas ações pontuais com o intuito de valorizar as características do centro histórico e fortalecer o patrimônio cultural, como a criação da Via das Águas, na Avenida Raul Teixeira, que é o eixo de ligação de sete fontes de águas utilizadas pela população em épocas passadas. O projeto consiste no estabelecimento de um circuito de ligação entre todas as fontes, através de vias para caminhadas ou ciclismo, para uso da população luziense ou circuito turístico, podendo-se articular com as políticas de saúde, meio ambiente e de turismo do município. Foi proposta também, uma revitalização e urbanização no Muro de Pedras – Monumento em Homenagem à Revolução Liberal de 1842 – e seu entorno. Na parte baixa foram propostas ações na área da Estação Ferroviária e seu entorno, e nas margens do Rio das Velhas. No edifício da Estação Ferroviária continuam as ações relacionadas aos artesãos, que serão mencionadas mais adiante. Quanto ao galpão em anexo, a proposta seria transformá-lo num empório para a exposição e comercialização das famosas quitandas e doces produzidos no município, com o intuito de estimular a geração de emprego, renda e a permanência das tradições luzienses. Também estão previstas outras ações de valorização da cultura. (PMC-SANTA LUZIA, 2013)

Ainda na parte baixa, também foi apontado o grande potencial da área edo conjunto de edificações do extinto Frigorífico FRIMISA, que são parcialmente ocupados pelas dependências da Prefeitura Municipal, mas podem abrigar outros usos que demandem grandes áreas, tais como: universidade, hotel, moradias, museu, grandes auditórios e ou teatros entre outros. (PMC-SANTA LUZIA, 2013)



Figura 9 - Mapa de Santa Luzia (parte alta, parte baixa e distrito de São Benedito)

Fonte: Wikimapia

Algumas propostas do plano são interessantes, como o circuito das fontes, porém, a pouca ênfase aos demais edifícios tombados no município enfraquece a argumentação. As sugestões que poderiam ser levantadas para o plano municipal seriam, por exemplo, a criação de um circuito cultural, no qual o transporte urbano também fosse um trajeto entre os principais pontos turísticos, beneficiando tanto a cidade como o turismo. Outra situação que poderia ser melhor explorada são as estações ferroviárias, utilizando a linha de trem existente, permitindo a ligação entre elas. Inclusive a Estação Ferroviária Frimisa é muito próxima da atual sede administrativa da Prefeitura. Conectá-la as demais estações poderia ser um meio de transporte eficiente, complementando a intenção do PMC, ao sugerir o uso do entorno do antigo frigorífico FRIMISA para outras atividades como auditórios e teatros. Certamente, essas sugestões são de fato suposições visto que necessita de pesquisa profunda sobre viabilidade e considerações sobre os sistemas de transporte existentes, as quais poderão ser feitas em um estudo futuro.

Diante da ausência de edifícios históricos tombados pelo IEPHA e/ou IPHAN na proposta da Prefeitura enviada ao IPHAN para o PAC-2 Cidades Históricas, optou-se por estudar um edifício tombado pelo município: Casa Tófani. A escolha deve-se principalmente pelo mau

estado de conservação, bastante deteriorado e pelos diferentes tipos de patologia que o imóvel apresenta.

A Casa Tófani fica localizada na parte baixa da cidade, entre a linha do trem e o Rio da Velhas (Figura 10 - Localização Casa Tófani). Foi tombada em 1989 através do decreto municipal N.º 772/89 e compõe o conjunto arquitetônico da estação ferroviária (Figura 11 - Casa Tófani). Possui algumas características muito simplórias do eclétismo, como a platibanda simétrica de poucos detalhes. No ano de 2012, ocorreu o desabamento parcial do telhado como pode ser observado na Figura 12 - Desabamento Telhado Casa Tófani. Embora as causas do incidente não sejam claras, acredita-se que as fortes chuvas foram o catalizador. A informação divulgada diz que houve queda da caixa d'água, levando abaixo as paredes e o telhado. Como medida emergencial em 2013, foram erguidas as paredes e reconstruído o telhado. A restauração completa do imóvel seria feita com a verba do PAC-2.



Figura 10 - Localização Casa Tófani

Fonte: Wikimapia



Figura 11 - Casa Tófani
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 12 - Desabamento Telhado Casa Tófani
Fonte: Cristina Horta/EM/ D.A Press

4. LEVANTAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES PATOLÓGICAS

Em visita à cidade, verificou-se que as edificações tombadas pelo IPHAN e IEPHA estão em bom estado de conservação. Essa pode ter sido a motivação do município para não incluí-las na proposta enviada ao IPHAN. Porém, o mesmo não pode ser dito da Casa Tófani, pois seu estado de conservação está bastante degradado e nitidamente abandonado. Embora existam

muitos pontos a serem levantados a respeito da estrutura precária, decidiu-se ater a análise da parte externa do imóvel apontando as manifestações patológicas mais evidentes nas fachadas e na cobertura. É perceptível que todas as janelas e o gradil existente deverão ser substituídos por modelos similares ao original ou ao contexto da época e, principalmente, deverá ser avaliada a estrutura do telhado, observando se há apodrecimento das madeiras.

A razão de avaliar apenas o envoltório da edificação é que, garantida a estanqueidade da construção com relação à umidade, poder-se-á prolongar a vida útil do imóvel. Peres (2008), cita no seu trabalho que, em pesquisas desenvolvidas por Ioshimoto em conjuntos habitacionais, a umidade representa 60% dos problemas patológicos encontrados. Embora seja um dado desatualizado e específico de um tipo de construção, percebe-se que esse é um problema que acompanha a construção civil no Brasil. Em estudos mais recentes, Mário (2011) cita Dal Molin⁴ e aponta um índice menor em relação à umidade, sendo responsável por 18,08% das manifestações patológicas. Não existem estudos específicos com dados quantitativos sobre o percentual do impacto da umidade na degradação de imóveis tombados, contudo, entende-se que as construções de alguns períodos históricos são extremamente sensíveis à umidade especialmente aquelas que utilizam a argila ou o barro como componente construtivo.

No caso da Casa Tófani, a tecnologia da construção já utilizava alvenarias de tijolo de barro cozido com espessura uniforme revestidas de argamassa de cal e de areia. Mesmo sendo mais resistente que outros métodos construtivos precedentes, o tijolo cozido, quando exposto, aumenta o índice de retenção de água, causando manifestações patológicas nos ambientes internos do imóvel, como estufamento, mofo entre outros. Além disso, o excesso de umidade nos tijolos causam descamação e perda das suas propriedades físicas, levando a longo prazo a ruína da parede. A Figura 13 - Argamassa do Revestimento Descolada da Alvenaria mostra os fundos da casa onde é possível ver na base da construção que parte da argamassa de revestimento despreendeu-se dos tijolos, deixando-os expostos. Essa falta de coesão entre a argamassa e o bloco de tijolo tem como principais agentes as chuvas e a umidade ascendente, como ilustrado na Figura 14 - Agentes Externos - Manifestações patológicas..

⁴ Segundo Mário (2011), a pesquisa de Dal Molin foi realizada no estado do Rio Grande do Sul, baseada em laudos do Cientec/RS.



Figura 13 - Argamassa do Revestimento Descolada da Alvenaria.

Fonte: Arquivo pessoal

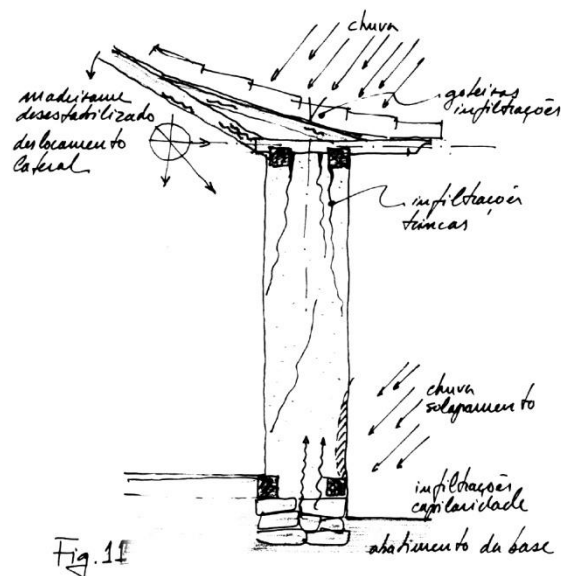


Figura 14 - Agentes Externos - Manifestações patológicas.

Fonte: Galvão Júnio (1983)

Outro problema encontrado foi no telhado que apresenta telhas quebradas e deslocadas. Na lateral esquerda da casa, há uma árvore frutífera (mangueira) de grande porte. Próximo a esse local, as telhas estão mais danificadas, devido à queda dos frutos. Em outros pontos, observou-se deslocamento das telhas, manchas de umidade com colônia de microrganismos e também a má execução das calhas e dos rufos. Essas falhas de cobertura permitem que

água penetre no interior do imóvel e escoe sobre a estrutura de madeira do telhado, apodrecendo-a. É necessário que o reparo no telhado seja feito o quanto antes para que o processo de degradação não se intensifique com as próximas chuvas. Sobre o reparo de telhados tradicionais é importante que sejam aplicadas as técnicas tradicionais antigas considerando o formato e dimensionamento correto das telhas. Tinoco (2007) afirma que esse conhecimento se perdeu ao longo do tempo e por conta disso, construções restauradas continuam sofrendo com manifestações patológicas decorrentes de infiltrações no telhado:

Dependendo do emprego dos materiais, técnica e sistema construtivos numa intervenção de restauro são inúmeras as deteriorações acarretadas numa edificação. As principais têm origem nas goteiras, quer por percolação nas telhas mal cozidas, quer por infiltração em cumeeiras, beirais e algerozes quer por transbordamento nas bicas estreitas. O telhamento é o principal fator de estanqueidade de uma cobertura. Assim, as manifestações patológicas nos telhados coloniais têm causa primeira na inadequação dos formatos e dimensões das telhas de capa, canal, rincão e cumeeira que, observadas ao longo do tempo, perderam as características tecnicamente apropriadas e historicamente corretas. TINOCO (2007)



Figura 15 - Telhado Frontal

Fonte: Arquivo pessoal

No QUADRO 7 - Manifestações patológicas na Casa Tófani foram relacionadas as manifestações patológicas externas mais evidentes. Algumas bastantes recorrentes em construções antigas. Vieira (2005) em sua dissertação afirma que “em conjuntos de edificações de características similares, submetidos a ações externas comuns, irão se repetir os processos patológicos dentro de uma determinada tipologia, com causas coincidentes como origem do processo, que seguem evoluções semelhantes até chegar a lesões idênticas.” Um exemplo disso são as manchas de escorrimento e manchas pretas na platibanda decorrente de deposição de sujeira e microrganismo comuns em construções antigas.

QUADRO 7 - Manifestações patológicas na Casa Tófani



A argamassa do revestimento descolada da alvenaria.



Manchas escuras na parte superior da fachada.



Fissuras e trincas na base da construção.
Pichações na fachada



Manchas de escoamento na parte superior da fachada.



Descamação da tinta.
Pichações na fachada.



Telhado com manchas e telhas quebradas

Como dito anteriormente, após o desmoronamento do telhado, foi feita uma obra de recuperação emergencial erguendo nova alvenaria e reconstruindo o telhado como pode ser observado na Figura 16 - Parede reconstruída. Porém, apenas o local atingido foi recuperado, não havendo outras alterações no imóvel.



Figura 16 - Parede reconstruída

Fonte: Arquivo pessoal

5. CONCLUSÃO

A necessidade do cuidado com o nosso patrimônio histórico esbarra frequentemente na limitação dos investimentos e nas dificuldades para tornar os centros históricos não apenas uma lembrança do passado, mas em locais onde há novas vivências. O duelo desenvolvimento urbano versus conservação do patrimônio sempre foi e sempre será um debate recorrente, porém, mesmo sendo um assunto inesgotável, percebe-se que no Brasil o discurso está bem avançado. Existem ótimas teorias e algumas práticas bem sucedidas como as ações do Programa Monumenta, mas ainda incipiente em vários aspectos. O Pac-2 Cidades Históricas é um programa bem elaborado e, se cumprido o seu propósito, deixará um legado importante principalmente com relação à participação da população na tomada de decisão de iniciativas e de propostas de intervenção na cidade. Além disso, a injeção de capital foi um importante passo para tornar os bens tombados uma força motriz para o desenvolvimento social e econômico dos municípios participantes.

Neste estudo, constatou-se que as diretrizes locais apresentadas para o PAC-2, definidas pelos municípios foram um aspecto importante na escolha das cidades. E no caso de Santa Luzia, de acordo com o Plano Municipal de Cultura, a proposta enviada ao PAC não mencionou edifícios importantes com tombamentos estadual e federal. Mesmo que hoje o estado de conservação desses monumentos esteja bom, a inclusão deles como trajeto de um circuito cultural ou a reformulação dos espaços internos para abrigar novos usos poderiam ser sugeridos. Embora, essa seja uma constatação, vale ressaltar que é necessário uma pesquisa mais minuciosa para trazer a luz outros pontos não levantados neste estudo.

Outra questão desta investigação foi avaliar o estado de conservação da Casa Tófani, imóvel tombado pelo município e relacionado na proposta de intervenção enviada ao PAC-2 Cidades Históricas. O que motivou a escolha desse imóvel foi, em primeiro lugar, a ausência de bens tombados pelo IEPHA e/ou IPHAN na proposta, limitando a pesquisa. E segundo, a situação de abandono que o imóvel se encontra hoje. Concluiu-se que a casa está bastante degradada e necessita de reparos imediatos no telhado, devido às telhas quebradas e deslocadas que permitem a infiltração de água dentro do imóvel atingindo a estrutura de madeira que sustenta o telhado. Além disso, é necessário refazer alguns pontos onde a argamassa de revestimento externo da alvenaria se descolou dos tijolos. Esses são os aspectos visuais mais evidentes, porém, existem outros inúmeros reparos necessários para recuperação do imóvel.

REFERÊNCIAS

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas**. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 2007, Salvador. Terceira edição

CORREA, Sandra Rafaela; FARIA, Rodrigo Santos de. **O Plano de Cidades Históricas (PCH) no planejamento governamental brasileiro e o desenvolvimento urbano e regional (1973-1979)**. Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - IAU-USP, SÃO Paulo, n. 14, p.20-27, 2011. Semestral. Disponível em: <http://iau.usp.br/revista_risco>. Acesso em: 11 abr. 2014.

DECLARAÇÃO DE AMSTERDAM. In: CONGRESSO DE AMSTERDAM, 1975, Amsterdam, 1975.

DENDIA, Ruth Cristina Sanabria; NAPPI, Sérgio Castello Branco. **Diagnóstico de problemas patológicos manifestados em fachadas históricas. Estudo de caso: Igrejas tombadas do século XVIII em Florianópolis, SC**. 2008. Trabalho aprovado para apresentação no XI Cidade Revelada – Encontro sobre Patrimônio Cultural e III Fórum Nacional de Conselhos de Patrimônio Cultural. Disponível em: <www.cidaderevelada.itajai.sc.gov.br/arquivos/Ruth_Sanabria.doc>. Acesso em: 12 jul. 2014.

DUARTE JUNIOR, Romeu. **Programa Monumenta: uma experiência em preservação urbana no Brasil**. Revista Cpc, São Paulo, n. 10, p.48-88, 2010.

ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10., 2003, Belo Horizonte. **Da cidade – monumento ao sítio urbano: uma análise da formação do pensamento de conservação urbana no Brasil**: anais do IV Encontro Nacional da ANPUR. Belo Horizonte: ANPUR, 2003.

ENECULT. Salvador: Faculdade de Comunicação/ufba, 2007. p. 01 - 18. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2007/LiaCalabre.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2014.

FERREIRA, Jurandyr Pires. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**: Conselho Nacional de Geografia e Conselho Nacional de Estatística. 27. ed. Rio de Janeiro: Ibge, 1959. 459 p. (27295).

FILHO, A. D; SILVEIRA, M. A. **Recuperação e impermeabilização de obras históricas**. In: XIII Simpósio Brasileiro de Impermeabilização, 13.,2013, São Paulo. Anais. [s.n]. Disponível em: <<http://techne.pini.com.br/engenharia-civil/196/artigo294062-2.aspx>>. Acesso em: 16 jul. 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

GONÇALVES, Teresa Diaz. GOMES, Maria Idália. **A terra como material de construção**. Encontro técnico-científico. Lisboa, 2009

GUILHERME, Ana Cristina de Oliveira. **Identificação e Caracterização de Faianças de Coimbra por Espectrometria de Raios X**. 2008. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Química e Bioquímica, Departamento de Química Aplicada Ao Patrimônio Cultural, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. (Org.). IEPHA. 2014. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br>>. Acesso em: 08 abr. 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. (Org.). IPHAN. 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 08 abr. 2014.

IPAC. Monumenta: Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. Disponível em: <<http://www.ipac.ba.gov.br/preservacao/monumenta>>. Acesso em: 11 abr. 2014.

IPHAN. **Planos de Ação para Cidades Históricas Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Social**. Editora IPHAN. Brasília. 2009.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Brasil. **PAC Cidades Históricas**. 2009. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/site/2010/06/29/pac-cidades-historicas-5/>>. Acesso em: 04 abr. 2014.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **O IPHAN e o seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil**. Revista Cadernos do Ceom: Bens Culturais e Ambientais, Santa Catarina, v. 21, n. 29, p.19-38, 2008. Semestral.

PERES, Rosilena Martins. **Levantamento e Identificação de patologias em prédios históricos- Um estudo de caso**. 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2001.

PEREZ, A. R. **Umidade nas Edificações: recomendações para a prevenção de penetração de água pelas fachadas**. Tecnologia de Edificações, São Paulo. Pini, IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, Coletânea de trabalhos da Div. de Edificações do IPT. 1988.

RIBEIRO, Nelson Pôrto. **Alvenarias estruturais: suas práticas construtivas e procedimentos de recuperação**. Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação, Olinda, v. 1, n. 5, p.281-285, 18 mar. 2006.

TINOCO, Jorge Eduardo Lucena. **Telhados tradicionais patologias, reparos e manutenção**. Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação, Olinda, v. 1, n. 5, p.232-237, 18 mar. 2006.

VIEIRA, Adriana de Andrade. **Influência dos detalhes arquitetônicos no estado de conservação das fachadas de edificações do patrimônio cultural do centro histórico de Porto Alegre : estudo de caso** / Adriana de Andrade Vieira. – 2005.